

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 7ª EDIÇÃO	V
PREFÁCIO	IX
PLANO DA OBRA	XI
ABREVIATURAS	XV
MODO DE CITAÇÃO	XXI

## INTRODUÇÃO

### A) Aproximação a uma noção de Direito Comercial

1. Razão de ser	1
2. Generalidades	2
3. Comércio em sentido económico e comércio em sentido jurídico	3
4. Qualificação e regime de Direito Comercial	4
5. Conceito de Direito Comercial	4

### B) Conceito de sociedade comercial

1. Conceito adotado	6
2. Sociedades comerciais especiais: instituições de crédito, sociedades financeiras, companhias seguradoras e operadoras de telecomunicações	11

### C) Enquadramento legal das sociedades comerciais: o Código das Sociedades Comerciais e outros diplomas

1. Aprovação e entrada em vigor	16
2. Sistematização	17

3. Revogação da legislação anterior	17
4. Aplicação no tempo do Código das Sociedades Comerciais: o art. 4º do Decreto-Lei nº 262/86, de 2 de setembro	17
5. Principais vetores do Código em face do Direito anterior	20
6. Vantagens e inconvenientes do Código das Sociedades Comerciais no plano da prática	21
7. Outros Códigos e diplomas avulsos relevantes	22
8. A atualização (legislativa) do Código das Sociedades Comerciais	23

#### D) Reforma de 2006 e modificações posteriores do Código das Sociedades Comerciais

1. A reforma societária de 2006	29
(i) A simplificação e desformalização dos atos societários	30
(ii) Atualização e flexibilização dos modelos de governação da sociedade anónima	31
(iii) Novo regime de dissolução e liquidação de sociedades comerciais	32
(iv) Novos conceitos fundamentais do Direito Societário português	33
(v) Reposicionamento e alargamento do conceito de interesse social; os novos deveres legais dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade	34
(vi) A aplicação no tempo da reforma do Código das Sociedades Comerciais	35
(vii) Balanço	36
2. Alterações posteriores	37
(i) Desnecessidade de autorização judicial na redução do capital	37
(ii) Alterações pontuais (2007-2009)	38
(iii) Fusão transfronteiriça e simplificação da fusão e cisão de sociedades	39
(iv) Intangibilidade do capital social e governação societária (relatório)	39
(v) Ações sem valor nominal e a transposição da Diretiva nº 2007/36/CE	40
(vi) Liberalização do capital das sociedades por quotas	41
(vii) Nova modificação em matéria de fusão e cisão de sociedades	41
(viii) Dispensa automática de caução	42
(ix) Alteração do regime das ações preferenciais sem direito de voto e das obrigações	42
(x) As modificações em matéria de demonstração de resultados	42
(xi) A suavização dos critérios que conduzem ao estatuto de <i>grande</i> sociedade anónima	43
(xii) Extinção das ações ao portador	43
(xiii) Aumento do capital por conversão de suprimentos e de créditos	44
(xiv) Divulgação de informações não financeiras	44
(xv) Modificações menores	44

#### E) As sociedades de responsabilidade limitada e anónimas nos ordenamentos jurídicos estrangeiros

1. Direito alemão	45
2. Direito espanhol	46
3. Direito francês	49
4. Direito italiano	50
5. Direito suíço	51
6. Direitos anglo-saxónicos	51
(i) Direito inglês	51
(ii) Direito norte-americano (EUA)	53
7. Ordenamentos jurídicos de língua portuguesa	55
(i) Direito brasileiro	55
(ii) Direito angolano	56
(iii) Direito moçambicano	57
(iv) Direito de Cabo Verde	58

#### CAPÍTULO I – Generalidades 61

1. Tipicidade e autonomia da vontade	61
1.1. O princípio da tipicidade das sociedades comerciais e o regime jurídico das sociedades anónimas como paradigma do regime das sociedades comerciais	61
1.1.1. Conteúdo do princípio da tipicidade; <i>remissão</i>	61
1.1.2. Aparecimento e desenvolvimento dos tipos societários	63
1.1.2.1. Sociedade em nome coletivo	63
1.1.2.2. Sociedades em comandita	64
1.1.2.3. Sociedade anónima	64
1.1.2.4. Sociedade por quotas	67
1.1.2.5. O fenómeno da unipessoalidade societária	68
1.1.2.6. As sociedades comerciais no século XXI; a empresa plurissocietária	73
1.1.3. O tipo social paradigmático	76
1.2. Autonomia da vontade e concorrência	77
1.3. Efeitos do Direito da União Europeia no Direito (interno) das Sociedades Comerciais	80
1.3.1. A Sociedade Anónima Europeia	80
1.3.2. A Sociedade Privada Europeia	82
1.3.3. O <i>European Model Company Act</i>	82
1.3.4. A Proposta de Diretiva sobre a SUP ( <i>Societas Unius Personae</i> )	83
1.4. Nacionalidade	83
1.5. Personalidade jurídica	85
1.6. Capacidade das sociedades comerciais	86

1.6.1. A questão	86	3.4.2. Cogente alterabilidade do contrato de sociedade e inoponibilidade da criação de novas obrigações, sem o consentimento de todos os sócios	114
1.6.2. Prestação de garantias	88	3.4.3. Intangibilidade do capital social	117
1.7. Limitações à participação em sociedades comerciais	91	3.4.3.1. Significado (clássico) e alcance	117
1.7.1. A questão	91	3.4.3.2. Crise do princípio com a liberalização do capital social das sociedades por quotas?	119
1.7.2. Sociedades entre cônjuges	91	3.4.4. Igualdade de tratamento e tutela das minorias	119
1.7.3. Instituições de crédito	94	3.4.4.1. O princípio do igual tratamento dos acionistas	120
<b>2. Principais características dos diversos tipos sociais</b>	95	3.4.4.2. Tutela das minorias (nas sociedades anónimas)	121
2.1. Considerações gerais	95	3.4.5. Dissociação entre o risco do capital e a direção efetiva da sociedade	124
2.2. Sociedades em nome coletivo	96	3.5. O interesse social	125
2.2.1. Enquadramento legal e firma	96		
2.2.2. Regime de responsabilidade	97		
2.2.3. Participações sociais	98		
2.3. Sociedades por quotas	98		
2.3.1. Enquadramento legal e firma	98		
2.3.2. Regime de responsabilidade	98		
2.3.3. Participações sociais	99		
2.4. Sociedades anónimas	99		
2.4.1. Subtipos	99		
2.4.1.1. Antes da Reforma Societária	99		
2.4.1.2. Sociedades abertas	99		
2.4.1.3. A <i>grande</i> sociedade anónima	101		
2.4.1.4. Subtipos atuais	101		
2.4.2. Enquadramento legal e firma	102		
2.4.3. Regime de responsabilidade	102		
2.4.4. Participações sociais	103		
2.5. Sociedades em comandita	103		
2.5.1. Enquadramento legal e firma	103		
2.5.2. Regime de responsabilidade	104		
2.5.3. Participações sociais	104		
<b>3. Características e princípios estruturantes das sociedades comerciais no século XXI</b>	104		
3.1. Generalidades	104		
3.2. Qualificação da substância pela forma	106		
3.3. Limitação da responsabilidade pessoal do sócio	107		
3.3.1. Significado e alcance	107		
3.3.2. Limitação da responsabilidade pessoal do sócio e a inexistência de um dever (legal) de lealdade dos sócios	108		
3.3.3. A desconsideração da personalidade jurídica	109		
3.3.4. Responsabilidade civil da sociedade	112		
3.4. Princípios estruturantes do sistema jurídico-societário	114		
3.4.1. Tipicidade	114		
		<b>CAPÍTULO II – Constituição da Sociedade</b>	127
		<b>SECÇÃO I – (Projeto de) Contrato de sociedade e acordos parassociais</b>	127
		<b>4. Menções obrigatórias e facultativas do contrato de sociedade</b>	127
		4.1. Contrato de sociedade em sentido amplo e restrito	127
		4.2. Conteúdo do contrato de sociedade (breve caracterização)	130
		4.3. Menções obrigatórias; principais aspetos	131
		4.3.1. Generalidades	131
		4.3.2. Tipo social e identificação das partes	131
		4.3.3. A firma	133
		4.3.4. O objeto social	138
		4.3.5. A sede	139
		4.3.5.1. Conceito	139
		4.3.5.2. Mudança de local	140
		4.3.5.3. Outras instalações sociais	141
		4.3.5.4. Formas de representação legalmente reconhecidas	142
		4.3.5.5. Sucursal	145
		4.3.6. O capital social	146
		4.3.7. Montante da participação e natureza da entrada de cada sócio; quotas, ações e partes sociais (valor nominal, quantidade, categorias e forma)	147
		4.3.8. Data do encerramento do exercício anual	149
		4.3.9. Os modelos de organização da administração e fiscalização das sociedades anónimas e a administração das sociedades por quotas	152
		4.3.9.1. Estrutura de gestão e de fiscalização da sociedade anónima	152
		4.3.9.2. Sociedades por quotas	154

4.4. Consequências da falta de menções obrigatórias; <i>remissão</i>	154
4.5. Menções facultativas do contrato de sociedade	155
4.5.1. Menções comuns (às sociedades por quotas e anónimas)	155
4.5.1.1. Participação em outras sociedades de diferente objeto social e em agrupamentos complementares de empresas	155
4.5.1.2. Autorização para emissão de obrigações	157
4.5.1.3. Cláusulas sobre distribuição de lucros	159
4.5.1.4. (Cláusulas que estabelecem a exigibilidade de realização de) Prestações acessórias	159
4.5.1.5. (Cláusulas sobre) Alienação do direito de preferência na subscrição de aumentos de capital por entradas em dinheiro	161
4.5.1.6. (Cláusulas sobre) Nomeação de gerentes, administradores, membros do conselho geral e de supervisão ou liquidatários	161
4.5.1.7. Designação do secretário da sociedade, quando a mesma é facultativa	162
4.5.1.8. Atribuição de vantagens especiais aos sócios	162
4.5.1.9. Direitos especiais	163
4.5.1.10. Amortização de participações sociais	163
4.5.2. Cláusulas facultativas específicas das sociedades por quotas	165
4.5.2.1. Responsabilidade perante credores sociais	165
4.5.2.2. Obrigações de prestações suplementares	165
4.5.3. Regras facultativas exclusivas das sociedades anónimas	166
4.5.3.1. Autorização para distribuição antecipada de dividendos	166
4.5.3.2. Aumento do capital social deliberado pelo órgão de administração	167
4.5.4. Outras regras estatutárias	168
4.5.4.1. Enquadramento	168
4.5.4.2. Afastamento de regras supletivas	168
4.5.4.3. Aproveitamento de normas permissivas	168
4.5.4.4. Concretização da autonomia privada	169
4.5.4.5. Conversão dos preceitos dispositivos em regras injuntivas	171
4.5.5. O artigo 9º, nº 3 do Código das Sociedades Comerciais; interpretação adotada	172
4.5.5.1. Significado e importância	172
4.5.5.2. Consequências	174
4.6. Reprodução de preceitos legais supletivos; justificação	174
4.7. Cláusulas estatutárias oportunas; exemplificação	175
4.8. Interpretação do contrato de sociedade	177
4.8.1. A questão	178
4.8.2. Enquadramento legal: Código Civil e Direito Societário	179
4.8.3. Integração de lacunas contratuais geradas por sucessão de leis no tempo	182

4.8.4. Síntese conclusiva	184
<b>5. Os acordos parassociais</b>	185
5.1. Noção e natureza	185
5.2. Eficácia, incidência e oportunidade do acordo parassocial	187
5.3. Matérias excluídas	190
5.4. Estruturação de acordo parassocial	192
<b>SECÇÃO II – Formas e atos de constituição</b>	201
<b>6. Formas de constituição de sociedades comerciais: subscrição particular e apelo ao público</b>	201
6.1. Generalidades	201
6.1.1. Constituição particular de sociedades e o aparecimento da constituição por subscrição pública	201
6.1.2. Regime-regra e outras formas de constituição	202
6.2. Constituição por subscrição particular	204
6.3. A constituição da sociedade anónima com o capital aberto ao investimento do público (subscrição com apelo ao público)	205
6.3.1. Caracterização da subscrição e oferta pública	205
6.3.2. Os promotores	208
6.3.3. Subscrição e realização integral de ações que correspondam a um montante global mínimo	209
6.3.3.1. Valor mínimo (a realizar)	209
6.3.3.2. Subscrição direta e indireta	209
6.3.4. Elaboração do projeto de contrato de sociedade e requerimento do respetivo registo provisório	210
6.3.5. Oferta de ações ao público; requisitos	210
6.3.6. Subscrição incompleta; consequências	210
6.3.7. Assembleia constitutiva e outorga do contrato de sociedade	211
6.3.8. Vantagens de fundador	212
6.3.9. Encargos e responsabilidades dos promotores	213
6.3.10. Conclusão	213
6.4. A sociedade unipessoal (por quotas)	214
6.4.1. Consagração no ordenamento jurídico	214
6.4.2. Constituição da sociedade unipessoal por quotas	214
6.4.3. Principais aspetos do regime jurídico	215
<b>7. Atos de constituição das sociedades comerciais (por quotas e anónimas)</b>	215
7.1. Considerações sobre a constituição de sociedades comerciais	215
7.2. Regime-regra	217
7.2.1. Obtenção do certificado de admissibilidade de firma ou denominação	217

7.2.2. Contrato de sociedade	218
7.2.2.1. Elaboração do projeto	218
7.2.2.2. Cláusulas comuns às sociedades por quotas e às sociedades anónimas	219
7.2.2.3. Cláusulas características das sociedades por quotas	220
7.2.2.4. O contrato de sociedade anónima	220
7.2.2.5. A transcrição (contratual) de preceitos legais supletivos	221
7.2.2.6. O instrumento de constituição	222
7.2.3. Depósito do capital social (realizado por entradas em dinheiro)	226
7.2.4. Celebração do contrato de sociedade	228
7.2.5. Início (imediate) da atividade	229
7.2.6. Registo e publicações legais obrigatórias	230
7.2.6.1. Registo	230
7.2.6.2. Publicações	231
7.2.6.3. Inscrição no RNPC, na administração tributária e na Segurança social	232
7.2.7. Declaração fiscal de início da atividade	232
7.2.8. Comunicações ou registos subsequentes	233
7.2.9. Cartão de empresa	234
7.3. A “empresa na hora”	235
7.4. O recurso aos Centros de Formalidades das Empresas (“Espaços Empresa”)	237
7.5. A empresa <i>on-line</i>	238
7.6. Registo prévio do contrato de sociedade	239
7.6.1. Circunstâncias em que pode ocorrer	239
7.6.2. Procedimentos a adotar	240
<b>SECÇÃO III – 8. Vicissitudes inerentes à constituição e regime dos atos praticados antes do registo da sociedade</b>	241
8.1. A questão	241
8.2. Invalidez do contrato de sociedade anónima ou por quotas não (definitivamente) registado ou de uma das declarações negociais	242
8.2.1. Regime regra	242
8.2.2. Incapacidade	243
8.2.3. Vício da vontade e usura	243
8.3. Nulidade do contrato após o respetivo registo definitivo	244
8.3.1. Fundamentos	244
8.3.2. Vícios sanáveis	245
8.3.3. Ação declarativa de apreciação da nulidade; especificidades	245
8.4. Efeitos da invalidez	246
8.4.1. Efeitos em relação à pessoa do sócio	246
8.4.2. Efeitos quanto à sociedade	246
8.5. Atos praticados pelos “sócios” antes da celebração do contrato de sociedade	246

8.5.1. A sociedade aparente; responsabilidade solidária e ilimitada pelas obrigações contraídas	247
8.5.2. Início da atividade social antes da celebração do contrato de sociedade; excussão prévia do “património social”	247
8.6. Atos praticados em nome da sociedade antes do registo definitivo do contrato de sociedade, mas após a sua celebração	248
8.6.1. Relações entre os sócios	248
8.6.1.1. Aplicação das regras legais e das cláusulas do contrato de sociedade	248
8.6.1.2. Unanimidade para a transmissão das participações sociais e alteração do contrato de sociedade	249
8.6.2. Relações da sociedade com terceiros	250
8.6.2.1. Responsabilidade ilimitada e solidária dos sócios envolvidos	250
8.6.2.2. Responsabilidade dos restantes sócios apenas pelas suas entradas	256
8.7. A sociedade irregular	257
8.7.1. Conceito	257
8.7.2. Qualificação	258
8.8. Fiscalização pelo Ministério Público	258
8.8.1. Notificação da sociedade ou dos sócios para regularização da situação	258
8.8.2. Liquidação judicial da sociedade	259
8.9. Atos praticados por sociedades, cuja constituição ainda não foi publicada	259
8.10. Assunção pela sociedade de negócios jurídicos celebrados antes do registo	260
<b>SECÇÃO IV – O capital social</b>	267
<b>9. Capital social e património societário</b>	267
9.1. Conceito de capital social	267
9.2. A obrigação de entrada; <i>remissão</i> . Especificação do montante realizado	269
9.2.1. Diferimento das entradas em dinheiro	269
9.2.1.1. Sociedades por quotas	269
9.2.1.2. Sociedades anónimas	270
9.2.1.3. Sociedades em nome coletivo e em comandita	270
9.2.2. Realização imediata de todas as entradas em espécie; <i>remissão</i>	271
9.3. Prazos de realização do capital apenas subscrito	271
9.4. Importância fundacional e funcional; intangibilidade e proteção dos credores	271
9.5. O património da sociedade; realidade distinta do capital social	272
9.6. O capital social como garantia dos credores	273

9.7. O ágio ou prémio de emissão	275
9.8. As reservas	276
9.8.1. Reservas existentes	276
9.8.2. Reservas legais	277
9.8.2.1. Reservas legais obrigatórias	277
9.8.2.2. Reservas legais especiais	278
9.8.3. Reservas livres	280
9.8.4. Outras reservas	280
9.8.4.1. Reservas estatutárias	280
9.8.4.2. Reservas ocultas	280
9.8.4.3. Reservas de reavaliação	281
9.8.4.4. Reservas de fusão	281
9.9. Noção de capital próprio e conceito de justo valor ( <i>fair value</i> )	282
9.10. A subcapitalização das sociedades comerciais	284
9.10.1. Caracterização	284
9.10.2. Autofinanciamento e heterofinanciamento; as diversas formas de superação das situações de subcapitalização; <i>remissão</i>	285
<b>CAPÍTULO III – O sócio e o acionista</b>	287
<b>SECÇÃO I – 10. Generalidades; qualificação da situação jurídica</b>	287
10.1. O problema da qualificação da situação jurídica do sócio	287
10.1.1. Tese contratualista versus tese institucionalista	287
10.1.1.1. A questão	287
10.1.1.2. A tese contratualista	288
10.1.1.3. A tese institucionalista	288
10.1.2. Fundamento das sociedades comerciais	289
10.1.3. Como se qualifica a situação jurídica do sócio?	291
10.2. Razões justificativas da participação na sociedade comercial	291
10.2.1. Aquisição do estatuto de sócio	291
10.2.2. Investimento financeiro	292
10.3. Limitação da responsabilidade pessoal e responsabilidade do sócio único; <i>remissão</i>	293
10.4. Situação complexa perante a sociedade	295
10.5. Da tutela ao abuso das minorias (nas sociedades anónimas); a inexistência de um dever de lealdade dos acionistas	297
10.6. O princípio da igualdade de tratamento dos acionistas	301
10.7. Fundamento da qualidade de sócio e da participação social	303
<b>SECÇÃO II – 11. Obrigações</b>	305
11.1. Obrigações dos sócios; generalidades e classificações	305

11.1.1. Obrigações sociais	305
11.1.2. Classificações	305
11.2. Obrigação de entrada	306
11.2.1. Caracterização	306
11.2.2. Composição e montante das entradas	307
11.2.2.1. Tipos de bens	307
11.2.2.2. Valor da entrada	310
11.2.3. Momento da realização das entradas	312
11.2.3.1. Oportunidade da realização da entrada	312
11.2.3.2. O depósito (obrigatório) para a constituição da sociedade; <i>remissão</i>	314
11.2.3.3. O aumento do capital social por entradas em dinheiro	315
11.2.3.4. Entradas em espécie	315
11.2.4. Mora	316
11.2.4.1. Situação	316
11.2.4.2. Consequências (da mora) para o titular da participação social	317
11.3. A participação nas perdas; significado e alcance	317
11.4. Obrigações acessórias	318
11.4.1. Universo	318
11.4.2. Prestações suplementares	318
11.4.2.1. A obrigação nas sociedades por quotas	319
11.4.2.2. As prestações suplementares nas sociedades anónimas; acerca da sua admissibilidade	320
11.4.3. Obrigações (de prestações) acessórias	322
11.4.3.1. Significado	322
11.4.3.2. Caracterização	323
11.4.3.3. Regime jurídico das prestações acessórias	323
11.4.3.4. Exemplificação; os suprimentos como obrigações acessórias; <i>remissão</i>	327
11.4.4. Obrigações específicas nas sociedades por quotas; <i>remissão</i>	327
<b>SECÇÃO III – Direitos</b>	329
<b>12. Conceito. Direitos gerais</b>	329
12.1. Direitos sociais	329
12.2. Direitos gerais	329
12.2.1. Sistematização com base no respetivo conteúdo	330
12.2.1.1. Direitos de participação na administração da sociedade (ou vida social); exemplos	330
12.2.1.2. Direitos de participar nos benefícios sociais; exemplos	333
12.2.1.3. Outros direitos	335

12.2.2. Direitos de exercício (tendencialmente) coletivo nas sociedades anónimas	335	14.9.1. Aplicação de resultados; deliberação de distribuição de lucros	369
12.2.3. Direitos necessariamente individuais	338	14.9.2. Momento em que se vence o crédito do sócio	370
12.2.4. Direitos (sociais) de exercício processual	338	14.9.3. Pagamento aos membros do órgão de administração com base na participação nos lucros	371
12.2.4.1. Inquérito judicial	339	14.9.4. Adiantamentos sobre lucros	373
12.2.4.2. Ações relativas a órgãos sociais	339	14.9.4.1. Regime-regra	373
12.2.4.3. Alterações do contrato de sociedade	340	14.9.4.2. Sociedades por quotas	374
12.2.4.4. Ações relativas a participações sociais e obrigações	340	14.10. Direito a um lucro acrescido e a um dividendo preferencial; <i>remissão</i>	376
<b>13. Direitos especiais</b>	341	14.11. Direito a lucros acumulados	377
13.1. Direitos especiais e vantagens especiais	341	14.12. Direito à quota de liquidação	378
13.2. Direitos especiais dos sócios das sociedades por quotas	342	<b>15. Direito de voto</b>	379
13.2.1. Caracterização e regime-regra	342	15.1. Direito de presença, de discussão e de deliberação em reunião de sócios	379
13.2.1.1. Noção e natureza contratual	342	15.2. Regras gerais	380
13.2.1.2. Critério de diferenciação	343	15.2.1. Direito de voto nas sociedades por quotas	380
13.2.1.3. Transmissibilidade	345	15.2.2. Direito de voto nas sociedades anónimas	381
13.2.1.4. Alterabilidade	346	15.3. Limitações estatutárias	381
13.2.1.5. Ineficácia da modificação do direito especial	347	15.3.1. Sentido e alcance das restrições ao direito de voto	381
13.2.2. Exemplificação	348	15.3.2. Teto estatutário do voto	382
13.2.2.1. Direito a parte acrescida nos lucros de exercício	348	15.3.3. Participação social mínima para o exercício do voto	383
13.2.2.2. Direito a uma parte favorecida no saldo de liquidação	350	15.3.4. Restrições legais às limitações estatutárias	384
13.2.2.3. Direito de voto duplo	350	15.3.4.1. <i>A breakthrough rule</i>	384
13.2.2.4. Direito de veto de alterações estatutárias	351	15.3.4.2. O teto de voto nas instituições de crédito	385
13.2.2.5. Direito de nomeação à gerência e direito especial de designação de gerente(s)	351	15.4. Voto plural	385
13.2.2.6. Direito de ser designado liquidatário em caso de dissolução	353	15.4.1. Voto duplo e (proibição do) privilégio de voto	385
13.3. Os direitos especiais nas sociedades anónimas – as ações privilegiadas; <i>remissão</i>	353	15.4.2. Regime anterior ao CSC e regime transitório	387
<b>14. Direito aos lucros</b>	354	15.5. O princípio da unidade de voto nas sociedades anónimas	388
14.1. Conteúdo; direito aos lucros do exercício, a lucros acumulados e aos lucros finais	354	15.6. Impedimento em situação de conflito de interesses	389
14.2. Conceito de lucro	356	<b>16. Direito de informação</b>	390
14.3. Lucro do exercício e lucro distribuível	357	16.1. Enquadramento normativo	390
14.4. Direito aos lucros do exercício e direito ao dividendo mínimo; distribuição necessária e limitações convencionais	358	16.2. Caracterização	391
14.5. Execução específica da deliberação que aprova as contas do exercício	364	16.2.1. Generalidades	391
14.6. Proibição do pacto leonino	365	16.2.2. Sociedades por quotas	392
14.7. Limite legal da distribuição de bens aos sócios e lucros e reservas não distribuíveis	365	16.2.3. Sociedades anónimas	392
14.8. Regime aplicável à distribuição de lucros fictícios	368	16.3. Âmbito da informação	393
14.9. Pagamento dos lucros e dos dividendos	369	16.3.1. Enquadramento	393
		16.3.2. Conteúdo mínimo do direito de informação	393
		16.3.3. Informações preparatórias da assembleia geral	395
		16.3.3.1. Disponibilização de documentos	395

16.3.3.2. Aplicação dos prazos legais às sociedades por quotas	395	18.3. As ações	423
16.3.3.3. Propostas de acionistas	396	18.3.1. Conceito de ação	423
16.3.3.4. Membros de órgãos sociais a eleger	397	18.3.1.1. Ação como participação social	423
16.3.4. Informações em assembleia geral	399	18.3.1.2. Ação como documento (título); crítica	424
16.3.5. Outras informações (por escrito)	399	18.3.1.3. Ação como fração do capital; crítica	425
16.3.6. Inspeção dos bens sociais	400	18.3.2. Características da ação	427
16.3.7. Inquérito judicial e exame de escrituração; <i>remissão</i>	400	18.3.2.1. Indivisibilidade	427
16.4. Elemento essencial: o relatório de gestão (e os documentos de prestação de contas); <i>remissão</i>	401	18.3.2.2. Transmissibilidade; <i>remissão</i>	428
16.5. Exercício do direito de informação	402	18.3.2.3. Idêntica fração do capital social	429
16.5.1. Exercício pessoal	402	18.3.2.4. Suscetibilidade de agrupamento	429
16.5.2. Exercício por gerentes e administradores	403	18.3.3. A emissão	430
16.5.3. Diligências autorizadas	404	18.3.3.1. Emissão e subscrição	430
16.5.4. Informações a prestar	404	18.3.3.2. Enquadramento normativo	430
16.5.5. Regulamentação (do exercício do direito de informação)	405	18.3.3.3. Os títulos provisórios: as chamadas “cauteladas”	431
16.6. Recusa de informação e prestação de informações falsas, incompletas ou não elucidativas	407	18.3.3.4. Títulos definitivos	431
16.6.1. Recusa admissível de informação	407	18.3.4. Subscrição e aquisição	432
16.6.2. Anulabilidade das deliberações prejudicadas	408	18.3.5. Tipo, forma e espécies de ações	433
16.6.3. Tutela penal	408	18.3.5.1. Generalidades	433
16.7. Incumprimento e violação do direito de informação	409	18.3.5.2. Ações tituladas e ações escriturais	434
16.8. Utilização indevida de informações	410	18.3.5.3. Ações nominativas	435
16.9. Inquérito judicial	410	18.3.5.4. Ações com e sem valor nominal	437
16.10. O abuso de informação	412	18.3.6. Registo e depósito de ações	439
<b>17. Outros direitos</b>	<b>413</b>	18.3.7. Ações escriturais	442
17.1. Direito de preferência na subscrição de capital em aumento por entradas em dinheiro	413	18.3.7.1. Conceito	442
17.1.1. Caracterização	413	18.3.7.2. Razão de ser	442
17.1.2. Natureza e conteúdo	414	18.3.8. Ações e obrigações; distinção	442
17.2. Direito de exoneração	414	<b>19. Espécies e categorias de ações</b>	<b>443</b>
17.2.1. Caracterização	414	19.1. Categoria de ações e critérios de diferenciação das espécies de ações	444
17.2.2. Contrapartida; determinação e pagamento	416	19.1.1. Categoria de ações	444
17.3. Os chamados direitos “extracorporativos” ou creditórios	416	19.1.2. Espécies de ações	445
		19.1.2.1. Significado	445
		19.1.2.2. Tipologia das ações com base nos direitos que lhes são inerentes	446
		19.2. Ações ordinárias	446
		19.3. Ações privilegiadas	447
		19.3.1. Caracterização	448
		19.3.2. Finalidades	449
		19.3.3. Conteúdo	450
		19.3.3.1. Ações privilegiadas sem conteúdo imediatamente patrimonial	450
		19.3.3.2. Ações privilegiadas atípicas de conteúdo patrimonial	455
		19.3.3.3. Ações preferenciais sem direito de voto	456
<b>CAPÍTULO IV – A participação social</b>	<b>419</b>		
<b>18. Considerações gerais; conceitos de quota e de ação</b>	<b>419</b>		
18.1. Generalidades	419		
18.2. Parte social e quota	420		
18.2.1. Conceitos	420		
18.2.2. Caracterização	421		



19.3.4. Traços gerais do regime jurídico das ações privilegiadas	462
19.3.4.1. Criação	462
19.3.4.2. Transmissibilidade	465
19.3.4.3. Supressão e alteração do privilégio	466
19.3.5. O fim das <i>golden shares</i>	468
19.3.6. As novas "ações especiais"	471
19.4. Ações diminuídas	472
19.4.1. Caracterização	472
19.4.2. As ações de fruição	473
<b>20. Titularidade de quotas e de ações</b>	<b>475</b>
20.1. Regras gerais	475
20.1.1. Divisibilidade das quotas e indivisibilidade das ações	475
20.1.2. A titularidade das pessoas coletivas e das sociedades comerciais, em especial	476
20.1.2.1. A capacidade das pessoas coletivas	476
20.1.2.2. A aquisição de participações não autorizada contratualmente	477
20.2. Contitularidade de quotas e ações	479
20.3. Participações próprias	481
20.3.1. Caracterização da situação	481
20.3.2. Quotas próprias; requisitos para a respetiva aquisição e regime aplicável	482
20.3.3. Ações próprias	484
20.3.3.1. Situação regra; desenvolvimento e corolários	484
20.3.3.2. Casos em que é admissível a titularidade de ações próprias	486
20.3.3.3. Aquisição de ações próprias; requisitos	486
20.3.3.4. Regime jurídico	487
20.3.3.5. Proibição de assistência financeira para aquisição de ações próprias	488
20.3.3.6. A assistência financeira nas sociedades por quotas	490
20.3.3.7. Operações com ações próprias	491
20.4. Limitações à titularidade de participações sociais	492
20.4.1. Usufruto de participações sociais (quotas e ações)	492
20.4.1.1. Regime societário	492
20.4.1.2. Constituição do direito real menor	494
20.4.2. Penhor de participações sociais	495
20.4.2.1. Regime legal	495
20.4.2.2. Constituição da garantia	497
20.5. Negócios jurídicos com participações sociais	499
20.5.1. Transmissibilidade de participações sociais (quotas e ações); <i>remissão</i> . Promessa de cessão e de venda	499

20.5.1.1. Negócios jurídicos translativos	499
20.5.1.2. Promessa de cessão de quotas ou de compra e venda de ações	500
20.5.2. Depósito e mútuo (ou comodato) de participações sociais	501
20.5.2.1. Depósito da participação social	501
20.5.2.2. Empréstimo	501
20.5.2.3. Aluguer	503
20.5.3. Constituição da participação social em garantia; <i>remissão</i>	504
<b>21. Vicissitudes da participação social – transmissão e amortização de quotas e de ações</b>	<b>504</b>
21.1. Transmissão de quotas entre vivos e cessão de quotas	505
21.1.1. Caracterização	505
21.1.1.1. Cessão de quotas: regime-regra (supletivo)	505
21.1.1.2. O terceiro (adquirente)	507
21.1.2. Regime geral da cessão de quotas	508
21.1.3. Consentimento da sociedade e direito de preferência (convencional) dos sócios e da sociedade	510
21.1.3.1. Consentimento da sociedade	510
21.1.3.2. Direito de preferência	511
21.1.3.3. Articulação entre a preferência e o consentimento	511
21.1.4. Forma da cessão	514
21.1.5. Eficácia da cessão	515
21.1.6. Registo da cessão	516
21.2. Transmissão de quotas <i>mortis causa</i>	517
21.3. Amortização de quotas	519
21.3.1. Caracterização	519
21.3.2. Pressupostos	520
21.3.3. Forma e formalidades	521
21.3.4. Modalidades	522
21.3.5. Efeitos	523
21.3.6. Exclusão de sócio	523
21.3.6.1. Conceito e modalidades	523
21.3.6.2. Exclusão judicial	524
21.4. Transmissão de ações	525
21.4.1. Regra geral	525
21.4.2. Forma de transmissão	526
21.4.2.1. Considerações gerais; enquadramento normativo	526
21.4.2.2. Ações tituladas (necessariamente nominativas)	527
21.4.2.3. Ações escriturais	529
21.4.2.4. Efeitos da transmissão	530
21.4.3. Situações que implicam formas especiais de transmissão de ações	531
21.4.3.1. Ofertas públicas de transmissão de ações	531

21.4.3.2. Ofertas públicas de aquisição	531	22.3.2.2. Fiscalização, assembleia geral e outros órgãos estatutários	557
21.4.3.3. Ofertas públicas de venda	532	22.3.3. O caso específico da sociedade anónima	558
21.4.4. Limitações à livre transmissibilidade das ações	533	22.3.3.1. Assembleia geral e deliberações de acionistas	558
21.4.4.1. Legais	533	22.3.3.2. Administração e fiscalização	559
21.4.4.2. Convencionais	534	22.3.3.3. Secretário da sociedade	561
21.5. Conversão de ações	537	22.3.4. Sociedades em comandita	561
21.6. Amortização e remição de ações	540	22.3.4.1. Gerência	561
21.6.1. Significado e alcance da vicissitude nas sociedades anónimas	540	22.3.4.2. Assembleia geral e deliberações dos sócios	561
21.6.2. Amortização-extinção (de ações)	540	22.3.4.3. Fiscalização	562
21.6.2.1. Caracterização	540	22.4. Os gestores das modernas sociedades comerciais	562
21.6.2.2. Modalidades	540	22.4.1. Dissociação entre o risco do capital e a direção efetiva da sociedade	562
21.6.3. Amortização de ações sem redução do capital social; as ações de fruição	541	22.4.2. Os deveres fundamentais dos gestores e dos membros dos órgãos de fiscalização	563
21.6.4. Remição de ações	542	22.4.3. Deveres legais específicos dos gestores	568
21.6.5. Inadmissibilidade da sanção de exclusão judicial (de acionista) na sociedade anónima	543	22.4.4. Deveres estatutários	570
		22.4.5. A governação da sociedade anónima aberta ( <i>corporate governance</i> )	571
<b>CAPÍTULO V – Organização das sociedades comerciais</b>	545	22.4.5.1. A efetividade das (novas) regras dos modelos de governação	571
<b>SECÇÃO I – Aspetos gerais</b>	545	22.4.5.2. Origem, significado e fundamento da <i>corporate governance</i> como instituto autónomo	574
<b>22. Estruturação orgânica das sociedades comerciais</b>	545	22.4.5.3. Enquadramento legal: a <i>soft law</i>	576
22.1. Os órgãos sociais (legalmente) obrigatórios	545	22.4.6. Novas exigências da governação: ética, sustentabilidade e responsabilidade social	578
22.1.1. Órgão deliberativo: a assembleia geral	545	22.4.7. O administrador de facto	579
22.1.2. Órgão executivo: a administração da sociedade	546	22.5. O membro <i>independente</i> de órgãos sociais	580
22.1.3. Órgão de controlo: a fiscalização da atividade societária	546	22.5.1. Antecedentes	580
22.1.3.1. Justificação e evolução	546	22.5.2. Um conceito de Direito Societário para o século XXI	582
22.1.3.2. Fiscalização obrigatória <i>versus</i> controlo facultativo	547	22.5.3. Critério legal	583
22.1.4. O secretário da sociedade (nas sociedades abertas cotadas)	549	22.5.4. Regime legal	586
22.2. Órgãos sociais facultativos	551	22.5.4.1. Sujeição ao regime das incompatibilidades	586
22.2.1. Órgãos sociais facultativos legalmente previstos	551	22.5.4.2. Estatuto de independente	586
22.2.1.1. Conselho fiscal (fiscal único ou revisor oficial de contas) nas sociedades por quotas	551	22.5.4.3. Efeitos (sanções)	587
22.2.1.2. Secretário da sociedade	552	22.5.5. Projeção em cláusulas estatutárias; exemplificação	587
22.2.2. Órgãos estatutários	552	22.5.5.1. Exigibilidade contratual de previsões características de regras da <i>soft law</i>	588
22.3. Órgãos sociais dos diversos tipos societários	555	22.5.5.2. Cláusulas à margem do regime vigente; a recuperação da qualidade (de independente)	589
22.3.1. Sociedade em nome coletivo	555	22.5.6. Problemas em aberto	590
22.3.1.1. Assembleia geral e outras formas de deliberação (de sócios)	555	22.5.6.1. Perda da independência durante o mandato	590
22.3.1.2. Gerência	556	22.5.6.2. Duração do impedimento	590
22.3.1.3. Fiscalização facultativa	556		
22.3.2. Sociedade por quotas	556		
22.3.2.1. Gerência	556		

22.5.6.3. Exigibilidade do requisito (de independência)	591
22.5.6.4. A independência nos órgãos de administração	593
22.5.6.5. Independência nas sociedades por quotas	594
22.5.6.6. Independência e domínio total	595
22.5.6.7. Perversão da estrutura societária e composição dos órgãos societários	595
22.6. Incompatibilidades para o desempenho de cargos sociais	597
22.6.1. Caracterização	597
22.6.2. As incompatibilidades pessoais e internas para o exercício de funções em órgãos de controlo e na mesa da assembleia geral	599
22.6.2.1. Conceito, verificação e exemplificação	599
22.6.2.2. Efeitos	604
22.6.2.3. Confronto com o requisito da independência	605
22.6.3. Limitações ao exercício de atividade concorrente	606
22.6.3.1. Incompatibilidade relativa ao exercício (não autorizado) da gestão em sociedade concorrente	606
22.6.3.2. A definição de atividade concorrente; critério	607
22.6.4. Incompatibilidades legais e contratuais (estatutárias)	607
22.6.5. Incompatibilidade superveniente causada por terceiro	608
22.6.6. Qualificação das incompatibilidades	609
22.7. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	611
22.7.1. Evolução e fundamento	612
22.7.2. Remuneração nos diversos tipos societários	612
22.7.2.1. Sociedades por quotas e em nome coletivo	611
22.7.2.2. Sociedades anónimas (pequenas e médias)	612
22.7.2.3. <i>Grandes</i> sociedades anónimas e sociedades cotadas	613
22.7.3. Remunerações fixas e variáveis	615
22.8. Igualdade de géneros na composição dos órgãos sociais	617
22.9. Os reflexos da tipicidade na orgânica societária	618
<b>SECÇÃO II – Deliberações dos sócios e dos acionistas</b>	621
<b>23. Generalidades; noção e formas possíveis de deliberação</b>	621
23.1. Deliberação social e deliberação dos sócios	621
23.1.1. Razão de ser e noção de deliberação dos sócios	621
23.1.2. Natureza jurídica e oportunidade e alcance da expressão	622
23.2. Outras deliberações sociais	623
23.2.1. Deliberações em assembleia especial (de categoria de ações)	623
23.2.1.1. Razão de ser	623
23.2.1.2. Oportunidade da deliberação da assembleia especial	624
23.2.1.3. Enquadramento legal	625
23.2.1.4. Composição e convocação	625

23.2.1.5. Funcionamento	626
23.2.2. A assembleia de obrigacionistas	627
23.2.2.1. Enquadramento e composição	627
23.2.2.2. Competência	627
23.2.2.3. Convocação e funcionamento	628
23.2.2.4. Regime das deliberações; <i>quorum</i> deliberativo e invalidade	628
23.2.3. Deliberações da administração da sociedade, do conselho fiscal, da comissão de auditoria e do conselho geral e de supervisão; <i>remissão</i>	629
23.2.4. Deliberações à margem da própria sociedade: deliberações de contitulares de participações sociais	629
23.3. Formas possíveis de deliberação dos sócios	630
23.3.1. Generalidades	630
23.3.2. Deliberações por escrito	631
23.3.2.1. Diferentes espécies	631
23.3.2.2. Deliberações unânimes por escrito	631
23.3.2.3. Deliberações por voto escrito	633
23.3.3. Deliberações em assembleias gerais universais ou totalitárias	633
23.3.3.1. Razão de ser e caracterização	633
23.3.3.2. Requisitos	634
23.3.3.3. Situações de duvidosa admissibilidade	636
23.3.3.4. Assembleias gerais universais sem a presença da totalidade do capital social	638
23.3.4. Decisões de sócio ou acionista único	639
23.3.5. Deliberações em assembleia geral; <i>remissão</i>	640
<b>24. A assembleia geral</b>	640
24.1. Questão prévia e sequência	640
24.2. Competência da assembleia geral	642
24.2.1. Sociedades anónimas	643
24.2.1.1. Competência-regra: especificidade e subsidiariedade	643
24.2.1.2. Competência extraordinária da assembleia geral	645
24.2.2. Sociedades por quotas	646
24.2.3. Outras questões em matéria de competência da assembleia geral	647
24.3. Composição e participação	647
24.3.1. Mesa da assembleia geral	647
24.3.1.1. Regime-regra e funções	647
24.3.1.2. A independência dos membros da mesa	649
24.3.1.3. Direção dos trabalhos	650
24.3.1.4. Responsabilidade civil e criminal	652
24.3.1.5. Renúncia às funções	653

24.3.1.6. Destituição do presidente	654	24.5.4.3. Impedimento em situação de conflito de interesses; <i>remissão</i>	686
24.3.2. Participação na assembleia geral	655	24.5.4.4. Forma de exercício do voto; exemplos	686
24.3.2.1. Participação de sócios e acionistas	655	24.5.4.5. Voto por correspondência	688
24.3.2.2. Participação dos demais titulares dos órgãos sociais (nas assembleias gerais)	659	24.5.4.6. O princípio da unidade de voto nas sociedades anônimas; <i>remissão</i>	694
24.3.3. Representação dos sócios	659	24.5.5. <i>Quorum</i> deliberativo	694
24.3.3.1. Generalidades	659	24.5.5.1. Noção	694
24.3.3.2. Conteúdo da representação nas assembleias gerais das sociedades anônimas e nas deliberações das sociedades por quotas	660	24.5.5.2. Regra	694
24.3.3.3. Representação de pessoa coletiva	662	24.5.5.3. Exceções	695
24.3.3.4. Limitações quanto aos representantes	663	24.5.5.4. Formação do <i>quorum</i> por referência ao capital	697
24.3.3.5. Instrumento de representação	664	24.5.5.5. <i>Quorum</i> deliberativo estatutário	697
24.3.3.6. Inadmissibilidade de representação voluntária nas deliberações por voto escrito	665	24.5.6. Suspensão da assembleia	698
24.3.3.7. Pedido de representação e angariação de representação de acionistas	665	24.5.6.1. Enquadramento	698
24.3.3.8. Problemas suscitados pela representação; alteração de propostas e representação de acionista presente na assembleia	667	24.5.6.2. Suspensão determinada pelo presidente da mesa	698
24.4. Convocação da assembleia geral	669	24.5.6.3. Suspensão aprovada pelos acionistas	699
24.4.1. Relevância e atos prévios e concomitantes à convocação	669	24.5.6.4. A documentação dos trabalhos da assembleia suspensa	700
24.4.2. Oportunidade	671	24.5.6.5. Recomeço dos trabalhos e <i>quorum</i> constitutivo	700
24.4.3. Competência	671	24.5.7. Deliberação em segunda convocação nas sociedades anônimas	702
24.4.4. Formalidades	671	24.6. Assembleias gerais com características específicas	703
24.4.4.1. Requisitos da convocatória	671	24.6.1. Assembleias gerais de sociedades unipessoais	703
24.4.4.2. Divulgação da convocatória	672	24.6.2. Assembleias gerais de sociedades que consolidam contas	705
24.4.5. Inclusão de assuntos na ordem de trabalhos	674	24.6.3. Assembleias gerais de sociedades anônimas abertas	705
24.5. Funcionamento da assembleia geral	675	24.6.3.1. Quadro legal	705
24.5.1. Local de realização da assembleia geral	675	24.6.3.2. A Diretiva 2007/36/CE, de 11 de julho, sobre os direitos dos acionistas das sociedades cotadas e a sua transposição	706
24.5.1.1. Sede social	675	24.6.3.3. Regime jurídico atual	707
24.5.1.2. Local diferente da sede social	676	24.6.3.4. A imputação de direitos de voto	709
24.5.1.3. Assembleias gerais telemáticas	677	24.7. Atas da sociedade e atas notariais	711
24.5.2. <i>Quorum</i> constitutivo	678	24.7.1. Conceito e significado	711
24.5.2.1. Noção	678	24.7.2. Atas da sociedade	712
24.5.2.2. Controlo de presenças e verificação do <i>quorum</i>	680	24.7.2.1. Formalização das deliberações	712
24.5.3. Propostas de deliberação e discussão (debate)	681	24.7.2.2. Conteúdo mínimo	712
24.5.3.1. Propostas de deliberação a apresentar em assembleia geral	681	24.7.2.3. Livro de atas e respetivo preenchimento	713
24.5.3.2. A discussão das propostas de deliberação	683	24.7.2.4. Redação (e assinatura) da ata	715
24.5.4. Votação	685	24.7.2.5. Recusa de lavrar (ou assinar) a ata	717
24.5.4.1. Regras gerais sobre o direito de voto; <i>remissão</i>	685	24.7.2.6. Força probatória da ata	717
24.5.4.2. Limitações estatutárias; <i>remissão</i>	685	24.7.2.7. Instrumento com valor equivalente a ata	718
		24.7.2.8. Atas de outros órgãos sociais	719
		24.7.3. "Atas" dos órgãos singulares	719
		24.7.4. Ata notarial	720
		24.7.4.1. Razão de ser	720
		24.7.4.2. Consequências da falta de notário	722

<b>25. Vicissitudes das deliberações sociais; suspensão e impugnação</b>	723
25.1. Razão de ser	723
25.2. Vicissitudes das deliberações dos sócios e vicissitudes das cláusulas do contrato de sociedade comercial	725
25.3. Direito de impugnar as deliberações dos sócios contrárias à lei ou ao contrato	726
25.4. Regime regra das vicissitudes das deliberações dos sócios	727
25.4.1. Enquadramento	727
25.4.2. Anulabilidade das deliberações (inválidas) dos sócios; fundamento	728
25.4.3. Deliberações anuláveis	730
25.4.3.1. O artigo 58º do Código das Sociedades Comerciais	730
25.4.3.2. Deliberações que violem disposições da lei ou do contrato (e não sejam nulas)	730
25.4.3.3. Deliberações abusivas	731
25.4.3.4. Falta de elementos mínimos de informação	732
25.4.3.5. Preterição de normas relativas à elaboração do relatório de gestão e documentos de prestação de contas e irregularidade nas contas	733
25.4.4. Anulabilidade de aumento do capital de sociedade aberta; efeitos	733
25.5. Deliberações nulas	734
25.5.1. Deliberações formadas em assembleia geral não convocada	734
25.5.1.1. Falta de convocação de assembleia geral	734
25.5.1.2. Assembleias gerais totalitárias ou universais	735
25.5.2. Deliberações formadas por voto escrito sem consulta prévia	736
25.5.3. Deliberação cujo conteúdo não esteja por natureza sujeito a deliberação dos sócios	736
25.5.4. Deliberação cujo conteúdo seja ofensivo dos bons costumes ou de normas que não sejam derogáveis por vontade unânime dos sócios	737
25.5.5. Outras deliberações nulas	738
25.6. O plano processual	739
25.6.1. Considerações gerais sobre a impugnação das deliberações sociais	739
25.6.2. Ação de anulação	739
25.6.3. Ação de declaração de nulidade	741
25.6.4. Suspensão de deliberações inválidas	742
25.6.4.1. Regime geral	742
25.6.4.2. A inversão do contencioso	745
25.6.4.3. Suspensão de deliberações sociais nas sociedades abertas	747
25.7. Revogação e renovação de deliberações sociais	748

25.7.1. Razão de ordem	748
25.7.2. A revogação de deliberações válidas e eficazes	750
25.7.3. Renovação de deliberações sociais	752
25.7.4. Revogação de deliberações inválidas	754
25.8. Deliberações (puramente) ineficazes	755
25.9. Não reconhecimento da categoria da inexistência (jurídica) das deliberações de sócios	758
25.10. Sujeição a registo das ações e procedimentos judiciais	761
25.11. Inexistência de ação fiscalizadora do Ministério Público em sede de deliberações sociais	763
25.12. Foro: os tribunais estaduais especializados na matéria comercial e o recurso aos tribunais arbitrais	764
25.12.1. Tribunal judicial competente; os juízos de comércio	764
25.12.2. Cláusulas de foro	767
25.12.3. A intervenção dos tribunais arbitrais	768

### SECÇÃO III – Modelos de organização da administração e fiscalização de sociedades por quotas e anónimas

<b>26. Orgânica das sociedades por quotas</b>	771
26.1. O gerente como único órgão (obrigatório) da sociedade por quotas; a administração da sociedade por quotas	771
26.2. Competência	772
26.3. Composição da gerência	773
26.3.1. Gerência singular e plural	773
26.3.2. Designação de gerentes	774
26.3.3. Duração do mandato	775
26.3.4. Constituição de mandatários e delegação de poderes	776
26.4. Funcionamento da gerência	776
26.5. Vinculação da sociedade	777
26.6. Outros aspetos da gerência	781
26.6.1. Intransmissibilidade do cargo	781
26.6.2. Remuneração	781
26.6.3. Proibição de concorrência	782
26.6.4. Destituição e suspensão de gerente	783
26.6.4.1. Destituição livre e condicionada	783
26.6.4.2. Suspensão judicial de gerente	786
26.6.5. Responsabilidade do gerente; <i>remissão</i>	787
26.7. Fiscalização das sociedades por quotas; o revisor oficial de contas	787
26.7.1. Regra geral; fiscalização contratual	787
26.7.2. Fiscalização obrigatória	788
26.7.3. O ROC enquanto órgão da sociedade por quotas	789
26.7.3.1. Designação	789
26.7.3.2. Estatuto	790

26.7.3.3. Regime jurídico	790
26.7.3.4. Inscrição no registo	791
26.7.4. Prazo	791
26.7.4.1. Regime legal (aplicável)	791
26.7.4.2. Duração da designação do ROC enquanto órgão social	792
26.7.4.3. Designação sem prazo	794
<b>27. Os órgãos de administração das sociedades anónimas</b>	<b>795</b>
27.1. Modelos de organização: as diferentes estruturas de governação (administração e fiscalização) nas sociedades anónimas	795
27.1.1. Generalidades	795
27.1.2. Modelo clássico	796
27.1.2.1. Estrutura (de fiscalização) simples	797
27.1.2.2. Estrutura (de fiscalização) complexa	798
27.1.3. Modelo germânico (ou dualista)	800
27.1.4. Modelo anglo-saxónico	802
27.2. A gestão da sociedade anónima: competência, composição e funcionamento do conselho de administração e do conselho de administração executivo	806
27.2.1. Competência do conselho de administração	806
27.2.1.1. Gestão da sociedade	807
27.2.1.2. Comissão executiva e administrador delegado	808
27.2.1.3. Inadmissibilidade de delegação de poderes no modelo germânico	810
27.2.2. Composição	812
27.2.2.1. Número de membros	812
27.2.2.2. Natureza jurídica dos membros do órgão de gestão	814
27.2.2.3. Natureza jurídica do vínculo que liga a pessoa coletiva eleita administradora e a pessoa singular por esta designada para o exercício de funções	815
27.2.2.4. Capacidade jurídica	817
27.2.2.5. Legitimidade para o exercício de funções e autorização para prática de atividade concorrente	817
27.2.2.6. Outros requisitos para exercer funções de gestão em sociedades anónimas	819
27.2.3. Designação dos membros do órgão de gestão	819
27.2.3.1. Nomeação contratual	819
27.2.3.2. Eleição (pelos acionistas e pelo conselho geral e de supervisão)	820
27.2.3.3. Estado ou entidade pública	823
27.2.3.4. Nomeação judicial	823
27.2.3.5. Designação do presidente do conselho de administração	824

27.2.3.6. Natureza do ato constitutivo da relação de administração	825
27.2.3.7. Duração dos mandatos; prazo	827
27.2.3.8. Efeitos da designação relativamente ao contrato de trabalho	829
27.2.4. Substituição de administradores	832
27.2.4.1. Cessação (definitiva) de funções do administrador; indicação de suplente(s)	832
27.2.4.2. Cooptação	834
27.2.4.3. Designação pelo conselho fiscal	836
27.2.4.4. Eleição <i>ad hoc</i>	837
27.2.4.5. Substituição temporária	837
27.2.4.6. Prestação de caução; <i>remissão</i>	838
27.2.4.7. Remuneração do administrador substituto	839
27.2.5. Funcionamento do conselho de administração	839
27.2.5.1. Regime regra	840
27.2.5.2. Convocação	840
27.2.5.3. Periodicidade	842
27.2.5.4. <i>Quorum</i> constitutivo	843
27.2.5.5. Deliberações	845
27.2.5.6. Voto de qualidade	847
27.2.6. Caução por desempenho de funções	848
27.2.6.1. O dever (e a dispensa) de prestar caução	848
27.2.6.2. Forma e montante da caução	850
27.2.6.3. Efeitos da falta (de prestação) de caução	851
27.2.6.4. Declaração de cessação de funções por falta (de prestação) de caução	853
27.2.7. Remuneração dos gestores	854
27.2.7.1. Fundamento e competência	854
27.2.7.2. A comissão de remunerações	856
27.2.7.3. A política de remunerações	858
27.2.7.4. Estatuto remuneratório	859
27.2.7.5. As tensões sobre a remuneração dos gestores	860
27.2.7.6. Tentativas (exógenas) de limitação de remunerações	861
27.2.7.7. Formas indiretas de remuneração	862
27.2.8. Suspensão de funções de administradores	863
27.2.8.1. Fundamento e competência	863
27.2.8.2. Estatuto jurídico do administrador suspenso	864
27.2.8.3. Cessação da suspensão	866
27.2.8.4. Suspensão judicial de administradores	866
27.2.9. Cessação de funções	867
27.2.9.1. Generalidades	867
27.2.9.2. Destituição <i>ad nutum</i> ; e destituição baseada em justa causa; efeitos	868

27.2.9.3. A cláusula <i>golden parachute</i>	871	28.2.2.4. Tutela dos minoritários no quadro do órgão de fiscalização	920
27.2.9.4. Destituição condicionada	872	28.2.3. Estatuto dos membros do órgão de fiscalização	921
27.2.9.5. Destituição com justa causa; efeitos	873	28.2.3.1. Deveres gerais legais dos membros dos órgãos de fiscalização	921
27.2.9.6. Morte e incapacidade permanente	873	28.2.3.2. Direitos e deveres específicos	922
27.2.9.7. Falta definitiva do administrador e incompatibilidade superveniente	874	28.2.4. Funcionamento	923
27.2.9.8. Renúncia (de administradores)	875	28.3. O fiscal único	924
27.2.9.9. Reforma; <i>remissão</i>	877	28.4. O revisor oficial de contas	925
27.2.9.10. A administração para além do mandato	877	28.5. O conselho geral e de supervisão	927
27.2.10. Reforma de membros da administração	879	28.5.1. Competência	927
27.3. Representação e vinculação da sociedade anónima	884	28.5.2. Composição	928
27.4. Responsabilidade dos membros da administração	889	28.5.2.1. Os conselheiros: número e requisitos	928
27.4.1. Enquadramento da questão	889	28.5.2.2. O presidente	928
27.4.2. Presunção de culpa pela atuação e exclusão da responsabilidade; a <i>business judgment rule</i>	891	28.5.2.3. As comissões, designadamente a comissão para as matérias financeiras	929
27.4.3. As ações de responsabilização da sociedade	893	28.5.3. Estatuto dos membros do conselho geral e de supervisão	929
27.4.3.1. Enquadramento	893	28.5.3.1. Limitações	929
27.4.3.2. Ação da sociedade	894	28.5.3.2. Direitos e deveres	930
27.4.3.3. Ação social <i>ut singuli</i>	896	28.5.4. Funcionamento	931
27.4.4. Responsabilidade para com os credores sociais	898	28.6. Comissão de auditoria	931
27.4.5. Responsabilidade para com os sócios e terceiros	901	28.6.1. Competência	932
27.4.6. Responsabilidade em caso de insolvência	902	28.6.2. Composição	934
27.4.7. Nulidade das cláusulas limitativas da responsabilidade	904	28.6.2.1. Composição e funções	934
27.4.8. Outros casos de responsabilidade dos gestores societários	904	28.6.2.2. O presidente	935
27.4.8.1. Responsabilidade fiscal e perante a segurança social	904	28.6.3. Estatuto dos membros da comissão de auditoria	935
27.4.8.2. Responsabilidade ambiental	905	28.6.3.1. Qualificação	935
27.4.8.3. Responsabilidade criminal e contraordenacional	906	28.6.3.2. Direitos e deveres	937
27.4.8.4. Responsabilidade no quadro do Direito Laboral	906	28.6.4. Funcionamento	939
27.5. Vicissitudes das deliberações do órgão de gestão	907	28.7. Cessação de funções dos membros dos órgãos de fiscalização	939
27.5.1. Invalidez das deliberações da administração	907	28.8. Responsabilidade pela fiscalização	940
27.5.2. Deliberações nulas	908		
27.5.3. Deliberações anuláveis	908		
27.5.4. Competência para a arguição e declaração da invalidade	908		
27.5.5. A suspensão das deliberações sociais inválidas	912		
<b>28. A fiscalização das sociedades anónimas</b>	<b>913</b>	<b>CAPÍTULO VI – Funcionamento das sociedades comerciais</b>	<b>943</b>
28.1. Enquadramento	913		
28.2. O conselho fiscal	915	<b>SECÇÃO I – Atos regulares e periódicos</b>	<b>943</b>
28.2.1. Competência	915	<b>29. A atividade social</b>	<b>943</b>
28.2.2. Composição	917	29.1. O exercício da atividade social nas pequenas sociedades	944
28.2.2.1. Número de membros	917	29.2. O funcionamento das <i>grandes</i> sociedades anónimas	945
28.2.2.2. Requisitos e incompatibilidades	918		
28.2.2.3. O presidente do conselho fiscal	919	<b>30. Apreciação anual da situação da sociedade</b>	<b>946</b>
		30.1. O relatório da gestão e o respetivo anexo nas sociedades anónimas; balanço e documentos de prestação de contas	946

30.1.1. A prestação de contas	946
30.1.2. O relatório de gestão	947
30.1.2.1. Caracterização e conteúdo	947
30.1.2.2. O anexo ao relatório de gestão	949
30.1.2.3. Demonstração não financeira	950
30.1.3. O relatório de governo societário	951
30.1.4. Dispensa de apresentação do relatório de gestão	951
30.1.5. O balanço	952
30.1.6. O anexo às contas	953
30.1.7. Divulgação dos documentos de prestação de contas	953
30.2. Falta de apresentação do relatório de gestão ou dos demais documentos de prestação de contas	955
30.3. Apreciação pela assembleia geral	955
30.3.1. Aprovação do relatório de gestão e das contas	955
30.3.2. Recusa de aprovação	956
30.4. Registo e publicação (das contas)	957
30.4.1. Publicidade do relatório de gestão e das contas	957
30.4.2. A Informação Empresarial Simplificada	958
30.5. Aplicação de resultados	959
30.6. Apreciação anual da situação das sociedades obrigadas à consolidação de contas	960
<b>SECÇÃO II – Atos pontuais</b>	963
<b>31. Financiamento</b>	963
31.1. Necessidade de financiamento	963
31.2. O contrato de suprimento	964
31.2.1. Caracterização	964
31.2.2. Regime jurídico	968
31.2.3. Aspetos fiscais	972
31.2.3.1. Imposto do selo	972
31.2.3.2. IRC	973
31.3. Obrigações	974
31.4. Aumento do capital social; <i>remissão</i>	975
31.5. Recurso ao crédito	976
31.5.1. Crédito bancário tradicional	976
31.5.2. Financiamento por entidades especializadas	976
31.5.3. Papel comercial	977
31.5.4. Outros financiamentos por instituições de crédito e sociedades financeiras	977
31.6. Financiamento intragrupo: o <i>cash pooling</i>	978
31.7. Outras modalidades de financiamento	979
31.7.1. <i>Project finance</i>	979
31.7.2. Capital de risco	980

31.7.3. Garantia mútua	981
31.7.4. <i>Crowdfunding</i>	982
31.8. <i>Debt governance</i>	984
<b>32. Negócios sociais com relevância interna</b>	985
32.1. Negócios entre a sociedade e os seus gestores	986
32.1.1. Sociedades anónimas	986
32.1.2. Sociedades por quotas	988
32.2. Negócios entre a sociedade e os sócios	991
32.3. Limitações de natureza fiscal na celebração de negócios entre a sociedade e os seus gestores ou sócios	993
<b>CAPÍTULO VII – Alterações do contrato de sociedade</b>	995
<b>SECÇÃO I – Generalidades</b>	995
<b>33. Caracterização</b>	995
33.1. Razão de ser	995
33.2. Alterabilidade do contrato de sociedade	996
33.3. Limites à alterabilidade do contrato	997
33.4. Objeto de alteração	998
33.5. Alterações formais e substanciais do contrato de sociedade	998
33.6. Alterações do contrato em concreto	999
33.7. Momento de alteração	1000
33.8. Revogação da deliberação de alteração do contrato de sociedade	1001
<b>SECÇÃO II – Variações do capital</b>	1003
<b>34. Aumento do capital social</b>	1003
34.1. Oportunidade, significado e interesse	1003
34.2. Modalidades	1005
34.2.1. Aumento por novas entradas (em dinheiro ou em espécie)	1005
34.2.1.1. Aumento por entradas em dinheiro	1006
34.2.1.2. Aumento por entradas em espécie	1008
34.2.1.3. Aumento por conversão de créditos	1009
34.2.2. Incorporação de reservas	1014
34.3. O direito de preferência na subscrição de novas participações	1016
34.3.1. Caracterização	1016
34.3.2. Exercício do direito de preferência	1017
34.3.2.1. Aviso e prazo	1017
34.3.2.2. A alienação do direito de preferência	1018
34.3.3. Limitação ou supressão do direito de preferência	1020
34.3.4. Dificuldades	1021
34.3.5. Direito de preferência e aumento em espécie	1021



34.4. Competência; <i>remissão</i> . Aumento do capital social deliberado pelo órgão de administração	1022	35.5.3. Redução do capital a zero	1050
34.5. Forma; <i>remissão</i>	1022	35.5.4. Coexistência de ações ordinárias e de ações privilegiadas	1053
34.6. Eficácia do aumento	1022	35.5.5. Redução do capital social posteriormente à dissolução da sociedade	1055
34.7. Regime aplicável às sociedades abertas	1023	35.6. Regime da redução do capital	1056
34.8. Tutela penal específica	1023	35.6.1. Formas de execução da redução	1056
<b>35. Redução do capital social</b>	1024	35.6.1.1. Enquadramento	1056
35.1. Conceito e delimitação da operação	1024	35.6.1.2. Diminuição do valor nominal das participações	1056
35.1.1. Enquadramento	1024	35.6.1.3. Inalterabilidade das ações sem valor nominal	1057
35.1.2. Noção de redução do capital	1025	35.6.1.4. Reagrupamento de participações	1057
35.1.3. Reintegração do capital	1026	35.6.1.5. Extinção de participações sociais: aquisição de ações próprias (para redução do capital social) e amortização de ações	1059
35.2. Finalidades da redução do capital	1027	35.6.2. Eficácia da deliberação de redução e proteção de terceiros	1061
35.2.1. Libertação de excesso de capital	1027	35.6.3. Intervenção e tutela dos credores	1061
35.2.1.1. Caracterização	1027	<b>SECÇÃO III – Operações de reestruturação e organização societária</b>	1065
35.2.1.2. Apreciação da dimensão da atividade da sociedade	1028	<b>36. Fusão</b>	1066
35.2.1.3. Redução do capital para extinguir obrigações de entrada	1029	36.1. Conceito	1066
35.2.2. Compensação de perdas	1030	36.2. A fusão como instrumento de concentração económica	1067
35.2.2.1. As perdas sofridas pela sociedade e a sua cobertura	1030	36.3. Quadro legal	1067
35.2.2.2. Redução do capital social para compensar a depreciação de bens do ativo	1031	36.4. Modalidades	1068
35.2.3. Outras finalidades da redução de capital	1032	36.4.1. Fusão simples	1069
35.2.3.1. Saneamento financeiro e revitalização: operação harmónio	1033	36.4.2. Fusão-incorporação	1069
35.2.3.2. Cisão simples da sociedade	1034	36.4.3. Fusão inversa ( <i>reverse merger</i> )	1070
35.2.3.3. Redução conveniente: o artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais; <i>remissão</i>	1035	36.5. Processo de realização	1071
35.3. Perda de metade do capital social: o artigo 35º do CSC	1035	36.5.1. Projeto de fusão	1071
35.3.1. A <i>ratio</i> da norma	1036	36.5.2. Aprovação do projeto de fusão	1072
35.3.2. Regime jurídico: a redação atual do artigo 35º	1037	36.5.3. Oposição dos credores	1072
35.3.3. Aplicabilidade do artigo 35º às empresas públicas	1044	36.5.4. Deliberação de fusão e registo	1073
35.3.4. O artigo 35º como norma “quase vazia”	1046	36.5.5. Efeitos da fusão	1073
35.4. Interesses subjacentes à redução do capital social	1047	36.5.6. Responsabilidade resultante da fusão	1074
35.4.1. Enquadramento da questão; o interesse social	1047	36.6. Fusão simplificada (por incorporação)	1075
35.4.2. Os interesses dos sócios e acionistas	1048	36.6.1. Fusão por sociedade dominante detentora de, pelo menos, 90% do capital da incorporada	1075
35.4.3. Diminuição das garantias de terceiros	1048	36.6.2. Fusão inversa simplificada	1075
35.5. Limites decorrentes da necessidade (legal) de existência de um capital social mínimo e âmbito da redução do capital	1049	<b>37. Cisão</b>	1076
35.5.1. Redução expressamente condicionada à efetivação de aumento do capital	1050	37.1. Caracterização	1076
35.5.2. Transformação da sociedade como consequência da redução do capital	1050	37.2. Modalidades	1077
		37.3. Regime jurídico-societário	1077
		37.4. Efeitos fiscais	1077

<b>38. Transformação</b>	1078		
38.1. Sentido próprio e impróprio de transformação	1078		
38.2. Atos necessários	1079		
38.2.1. Documentação	1079		
38.2.2. Deliberações (em separado) de aprovação dos vários documentos	1079		
38.2.3. Ata de deliberação dos sócios e registo	1081		
38.3. Obstáculos à transformação e tutela dos interesses envolvidos	1081		
38.3.1. Impedimentos à transformação	1081		
38.3.2. Tutela de terceiros e dos sócios descontentes	1082		
38.4. Balanço: confronto da transformação com a fusão	1083		
<b>SECÇÃO IV – 39. Outras alterações contratuais</b>	1085		
39.1. Âmbito e objeto	1085		
39.2. Prorrogação	1085		
39.2.1. Caracterização	1085		
39.2.2. Admissibilidade da prorrogação	1086		
39.2.3. Prorrogação de sociedade dissolvida	1087		
39.3. Aumento de obrigações sociais	1088		
<b>SECÇÃO V – Procedimento (<i>modus faciendi</i>)</b>	1091		
<b>40. Decisão, formalidades específicas e execução das operações de alteração do contrato</b>	1091		
40.1. Competência	1091		
40.2. Aprovação do projeto de alteração: reunião da assembleia geral (ou deliberação dos sócios):	1092		
40.2.1. Convocação dos sócios	1092		
40.2.2. <i>Quorum</i> constitutivo	1094		
40.2.3. Deliberação	1095		
40.2.4. Desnecessidade de autorização judicial e de documentos de suporte nas variações de capital	1097		
40.3. Forma e publicidade	1099		
40.3.1. Forma	1100		
40.3.1.1. Ata de deliberação dos sócios	1100		
40.3.1.2. Execução da deliberação	1102		
40.3.2. Publicidade; registo e publicações obrigatórias	1103		
<b>CAPÍTULO VIII – Publicidade dos atos sociais</b>	1107		
<b>41. A publicidade das operações societárias e da situação social</b>	1107		
41.1. Âmbito e significado	1107		
		41.2. Atos sujeitos a registo	1108
		41.3. Publicações obrigatórias	1108
		41.4. Falta de registo ou de publicação	1109
		41.5. Menções obrigatórias nos atos externos	1110
		<b>CAPÍTULO IX – Cessação da atividade</b>	1111
		<b>42. Extinção da sociedade comercial: enquadramento</b>	1111
		<b>43. Dissolução</b>	1113
		43.1. Significado e finalidade	1113
		43.2. Causas	1114
		43.2.1. Dissolução imediata	1114
		43.2.2. Dissolução diferida	1114
		43.3. Espécies	1115
		43.3.1. Dissolução administrativa	1116
		43.3.2. Dissolução por deliberação dos sócios	1117
		43.3.3. Dissolução judicial	1119
		<b>44. Liquidação</b>	1121
		44.1. Finalidade	1121
		44.2. Espécies	1122
		44.3. Processo de liquidação e partilha	1123
		44.4. Efeitos da liquidação	1125
		44.5. O regresso à atividade	1127
		<b>CAPÍTULO X – Grupos de sociedades e SGPS</b>	1129
		<b>45. As sociedades coligadas</b>	1129
		45.1. Enquadramento	1129
		45.2. Conceito	1132
		45.3. Grupos jurídicos de sociedades e grupos económicos; âmbito de aplicação do Código das Sociedades Comerciais	1132
		45.4. Impedimentos legais e regulamentares à constituição de grupos	1134
		45.5. Espécies de sociedades coligadas	1134
		45.5.1. Critério legal	1134
		45.5.2. Sociedades em relação de participação	1135
		45.5.3. Grupos de sociedades	1135
		45.5.3.1. Caracterização	1136
		45.5.3.2. Sociedades em relação de domínio total e efeitos dessa situação	1137

45.5.3.3. Sociedades em relação de grupo paritário	1142
45.5.3.4. Sociedades em relação de subordinação	1142
45.6. A administração das sociedades coligadas	1143
45.7. Responsabilidade de sócio único	1146
45.8. A contabilidade das sociedades em relação de grupo: consolidação e equivalência patrimonial	1148
<b>46. Sociedades Gestoras de Participações Sociais</b>	1149
46.1. Conceito e caracterização	1149
46.2. Atividades acessórias e limitações legais	1152
46.3. Confronto com outras sociedades comerciais	1154
46.4. Diferenciação (entre SGPS e grupo de sociedades)	1155
46.5. Enquadramento jurídico-fiscal das SGPS	1156
<b>CAPÍTULO XI – Confronto das sociedades por quotas com as anónimas</b>	1159
<b>47. Diferenças dos dois principais tipos societários</b>	1159
47.1. Razão de ser	1159
47.2. As sociedades comerciais portuguesas no século XXI	1160
47.3. Diferenças de carácter jurídico-comercial	1161
47.3.1. Diferenças básicas que se fundam na identidade própria do tipo social	1161
47.3.2. Diferenças fundamentais	1162
47.4. Perspetiva puramente tributária; breve referência	1165
47.4.1. A questão	1165
47.4.2. Tributação em IRC	1168
47.4.3. Reflexos a nível da tributação pessoal do sócio (da SPQ) e do acionista	1170
47.5. Conclusão	1173
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	1175
<b>Nacional</b>	1175
I) Obras gerais (manuais, lições, tratados e compilações) sobre sociedades comerciais	1175
II) Textos de carácter pedagógico (sociedades comerciais)	1177
III) Comentários (sobre o CSC)	1178
IV) Monografias, estudos e anotações (no quadro do CSC)	1179
V) Obras gerais, textos, comentários e monografias anteriores ao Código das Sociedades Comerciais	1226
VI) Direito Bancário, Comercial e da Insolvência, Económico, Financeiro (Mercado de Capitais), Civil, Penal, Processual Civil, Fiscal e outras obras e estudos nacionais	1227

VII) Obras gerais (manuais e lições), monografias, estudos, artigos e anotações do autor	1232
<b>Bibliografia relativa a ordenamentos jurídicos estrangeiros</b>	1233
Alemanha	1233
Angola	1235
Brasil	1235
Espanha	1236
Estados Unidos da América	1237
França	1238
Itália	1238
Moçambique	1241
Reino Unido/Inglaterra	1241
Ordenamentos jurídicos diversos	1242
<b>ÍNDICES</b>	
<b>ÍNDICE ANALÍTICO</b>	1243
<b>ÍNDICE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS</b>	1289
<b>ÍNDICE DE JURISPRUDÊNCIA</b>	1293
A) Tribunal de Justiça da União Europeia	1293
B) Tribunal Constitucional	1293
C) Supremo Tribunal de Justiça	1293
D) Tribunal da Relação	1300
E) Tribunal de Primeira Instância	1315
F) Tribunal Arbitral	1315